

1 Às nove horas do dia nove de março de dois mil e vinte e um iniciou a Assembléia Geral
2 Ordinária, pelo meet, devido às regras de isolamento social, diante da pandemia da
3 covid-19. Para registrarmos os nomes dos presentes utilizamos o chat e o registro de
4 pessoas que consta no aplicativo: Ana Bianca Flores Ciarlini, Ana Carolina Tani Kader,
5 Carolina Janaina Tiago Doth Santos, Daniela G Godoy Moutinho, Flávia Valentino, Lilia
6 Sampaio de Souza Pinto, Maria Inês A C C de Souza, Hidely do Nascimento, Eliza
7 Montrezol, Marinilce Blum. Os convidados por este conselho: Maria Anunciação J.
8 Lourenço, Sandra Santos, Tais Aguiar e Wilson Bregochi. Ausências justificadas: Não
9 houve. Após os cumprimentos, o presidente iniciou a assembléia: **Item 1) Leitura e**
10 **aprovação da ata anterior.** Foi dispensada a leitura da ata e esta foi aprovada por todos
11 **Item 2) Relatos da Diretoria Executiva.** O Presidente do Conselho Municipal do Idoso
12 faz um relato sobre a importância das ações do CMI, dentre elas está como prioridade a
13 organização do fluxo das denúncias e protocolo de ação, um fluxo de ação relacionado
14 as demandas reprimidas, definir as questões das novas entidades, mesmo tendo uma
15 resolução é necessário organizar e entender a diferença entre inscrição e certificação.
16 Seguindo o modelo do CMAS e CMDCA. Pontua o fato das entidades que vão receber
17 certificação devem ter um mínimo de conhecimento em questões relacionados a pessoa
18 idosa, pelo menos um conceito de envelhecimento ativo desenvolvido pela Organização
19 Mundial de Saúde. Destaca importância de organizarmos os protocolos para utilização
20 do fundo municipal do idoso, para que possamos como meta lançar um edital no próximo
21 semestre. O presidente fez uma solicitação para a Coordenadora Do Idoso e
22 representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para sermos
23 informados em relação a demanda reprimida em instituições de longa permanência de
24 idosos. Da mesma forma que a Secretaria Municipal de Saúde através da Daniela nos
25 mantém informado em relação ao calendário de vacinas. Iniciamos com a coordenadora
26 do idoso Ana Bianca, que solicitou uma explanação devido a sua ausência no decorrer
27 da AGO. Ana – “então PH a gente tá aqui para colaborar, não tenha dúvida nenhuma.
28 Eu tive em conversa com o Dr Bley para levantar o que que é de autonomia das
29 Coordenadorias, o que que é legalmente a parte funcional, então o que eu queria falar é
30 o seguinte: a minha preocupação ela é estrutural como de todas as Secretarias. Hoje
31 você sabe que não existe Coordenadoria do Idoso. Existe o cargo coordenador do idoso,
32 então portanto está estrutura, esse fluxo, que vocês estão querendo, realmente seria de
33 grande dificuldade.” A coordenadora explica das necessidades estruturais da

34 coordenadoria. “E tem as questões que são: o que é de competência da Coordenadoria,
35 então o que Dr. Bley me explicou é que: o Deart e o Conselho, não têm obrigatoriedade,
36 uma função em cima dos coordenadores, o que a gente pode é compor. Então quando
37 passa para mim como algo que eu, que a Coordenadoria vai estar à frente, eu acho isso
38 complicado no mínimo. Não estou falando que não vou ajudar. Tanto que eu fui na
39 fiscalização, eu acho que, quem pode até falar mais sobre a fiscalização acho que a Dani
40 né? da saúde. Que ela escreveu um relatório nós fizemos em conjunto, eu, o Portus o
41 chefe do departamento, Neusa Belley os conselheiros que ali estivesse. O que eu quero
42 colocar para vocês, é que a Coordenadoria do Idoso, ela é tão conselheira como todos
43 os outros conselheiros. “Flavia - eu acho muito estranho quando se há ruídos em
44 reuniões dizendo que Conselheiro não é legitimado a fazer a fiscalização, enquanto uma
45 lei federal Estatuto do Idoso artigo 52 legitima o Conselheiro do Idoso. Para falar da
46 legislação do idoso por gentileza conheça pelo menos um pouco da legislação, do
47 envelhecimento ativo, não me venha falar que Conselheiro, não é legitimado não me
48 faça mais isso, entendeu? É uma judiação ouvir de uma pessoa dizendo que Conselheiro
49 não é legitimado a fazer fiscalização”. Sandra – “na verdade eu queria só fazer uma
50 contribuição na mesma linha, porque a gente não pode esquecer que os conselhos, eles
51 estão lá presentes na Constituição e eles são órgãos legítimos de fiscalização e controle
52 social, então quanto a isso não tem o que questionar, esta lá desde a constituição, e aí
53 em cima do que a Ana Bianca falou eu entendi também que a gente enquanto conselho
54 a gente possa assim solicitar quais são os competes da Coordenadoria, aí é uma outra
55 situação mas que um conselho é um órgão legítimo de fiscalização de controle social
56 isso e inegável era isso”. Hidely – “Bom dia, eu queria perguntar para Ana Bianca, viu o
57 Ana assim fica muito claro essa parte enquanto conselheira na fiscalização, eu não tenho
58 dúvida nenhuma com relação a isso, né. Eu acho que talvez pelo menos assim para mim
59 seria legal que depois você passasse para gente então qual é o compete da
60 Coordenadoria, a partir do momento que inclusive você fala que em termos de estrutura
61 não existe uma Coordenadoria, tem só um coordenador de idoso ou seja só você a
62 pessoa, então assim seria legal que você dissesse qual é o compete, porque num caso
63 como esse, a gente até sabe qual é a competência do Conselheiro, então assim
64 enquanto o coordenadora o que é que você poderia fazer além disso? ou é tanto quanto
65 isso não sei aí talvez seria legal se dar uma clareada para pelo menos para mim. Ana –
66 “eu envio depois, não tem problema, até porque meu chefe de departamento me pediu

67 isso.” A Chefe De Departamento Alessandra Franco, acompanha a AGO e explica todo
68 a intensão do fluxo que se deu desde o início de quando recebeu a denúncia, assim
69 como teve a ciência. Alessandra Franco – “estou à frente do departamento de
70 articulação, que tem como missão justamente a integração governo e sociedade. E por
71 esse motivo que nós damos todo o apoio e suporte técnico a todos os conselhos de
72 direito e setoriais da Prefeitura Municipal de Santos. Enquanto Chefe do Departamento
73 de Articulação nós recebemos um boletim por meio da ouvidoria, acionando a Prefeitura
74 Municipal de Santos sobre uma denúncia. Desta forma como a Prefeitura Municipal de
75 Santos dentro da sua estrutura organizacional tem a Coordenadoria da Política do Idoso,
76 bem como o Departamento de Cidadania, bem como uma Secretaria de
77 Desenvolvimento Social, nós estamos falando de política pública do Poder Executivo.
78 Quando se recebe uma denúncia, qual é o fluxo? qual é a rede que se aciona
79 internamente rede de proteção do Idoso? qual é essa rede? Então o diálogo começou
80 da seguinte forma: nós encaminhamos esse boletim B.O de ocorrência eletrônico da
81 ouvidoria, sugerindo que se fosse encaminhado para a Coordenadoria do Idoso no intuito
82 de acionar a rede. Acionar a nossa rede interna e inclusive externa, porque nós temos aí
83 quando eu falei rede de proteção, nós temos também a questão do próprio Ministério
84 Público se for o caso, a própria delegacia, então nós temos que fazer.” Alessandra
85 explica sobre a reunião realizada entre os dois departamentos DEPACID e DEART, com
86 o intuito de alinhar os Departamentos e a Prefeitura Municipal de Santos criar a rede de
87 proteção. Quais são os serviços de proteção oferecidos em caso de denúncia?
88 Posteriormente diante da gravidade da denúncia, foi direcionamento ao Conselho do
89 Idoso no intuito de tomar ciência da respectiva denúncia. Prontamente essa diretoria se
90 prontificou, criou-se uma diligência para ir no local, para verificar a denúncia e também
91 foi feito o encaminhamento para a Vigilância Sanitária para comparecer na instituição,
92 foi realizado também uma busca na UBS da região, para saber se tinha registro da
93 entidade. Alessandra Franco - “Enquanto Departamento de Articulação não somos
94 departamento fim, mas articulamos a rede, ao qual entendemos que é necessário e
95 fundamental. A partir dessa provocação de uma denúncia, ficou evidenciado que ainda
96 não tem uma rede consolidada e precisamos identificar quem são os atores. Quais são
97 as atribuições para o desenvolvimento, nesse exato momento a mesma coisa que está
98 acontecendo com o conselho do Idoso, nós estamos fazendo um grande diagnóstico dos
99 29 conselhos, bem como as sete comissões existentes no município, para que nós

100 possamos ter qual o status de cada conselho bem como quais são suas redes, seja ela
101 de proteção, seja ela de serviço”. Paulo – “Primeiro gostaria de agradecer a presença da
102 Alessandra, dos esclarecimentos, a mesma vem com essa preocupação em relação as
103 ações dos conselhos, que estão sendo desenvolvidos inclusive, pensando na questão
104 de estrutura, nós tivemos uma reunião na semana passada, onde foi apresentado as
105 propostas, que está fazendo com todos os conselheiros por isso nos encontramos.
106 Entendo que é uma chefia que está realmente preocupada com essa questão das ações
107 dos conselhos e vem com esse novo olhar, acho que essa preocupação toda foi gerada
108 em função disso, então nesse momento a gente teve esses acertos da coordenadora do
109 idoso e da chefia de departamento, realmente porque há essa preocupação em relação
110 as ações que os conselhos vão estar desenvolvendo. Pois a gente tem que pensar no
111 fluxo, precisa dar um retorno, ter esse cuidado, não adianta ter um olhar diferente, estou
112 como presidente inclusive representando o poder público, entendo qual é essa falha e
113 atuação do poder público. Precisamos ter política pública de estado, não política pública
114 de governo, e para quem tem dúvidas o que significa política de estado e política de
115 governo, esse é um conhecimento básico para quem quer trabalhar política pública.
116 Política pública de estado é quando a ação foi desenvolvida em conjunto do poder
117 público, da sociedade civil organizada dos seus pares. Eu participei da primeira diretoria
118 do conselho do idoso e a reivindicação da coordenadoria de políticas da pessoa idosa,
119 ela fez parte desde a primeira reunião, do primeiro grupo, do primeiro conselho formado
120 já existia o pedido. Essa a criação da coordenadoria do idoso é uma demanda que surge
121 no CMI, que é o responsável pelo controle social. Precisamos dar essa resposta,
122 estamos construindo a rede de apoio a pessoa idosa. A gente tem o departamento de
123 articulação que é um departamento da secretaria de governo, que fica próximo a essa
124 discursão, então o que eu entendo o que a gente esta fazendo agora é uma ação que
125 vem com todas as questões positivas colocada pela Alessandra e agradeço muito essa
126 explanação junto ao conselho, assim como a colocação da Ana Bianca com algumas
127 questões estruturais, mas isso vai ser resolvido dentro da questão do poder público, essa
128 questão estrutural, essa questão que acontece não é problema do CMI. Isso é um
129 problema que a administração vai ter que resolver junto da Coordenadoria do Idoso, a
130 gente faz o controle social, leva a informação para o poder publico para que seja
131 resolvido, e o que a gente está vendo aqui é uma preocupação do poder publico para
132 que a coisa se estruture. Isso que está acontecendo, na verdade é positivo, se a

133 coordenadoria tem os problemas estruturais o poder público vai se organizar, se juntar,
134 para que a gente consiga melhorar, mas acontece que isso acontece em outras
135 Coordenadorias, por exemplo na adversidade. Realmente o Poder Público vai vai
136 resolver entre eles, não é uma questão do CMI, o que a gente precisa é ter a POLITICA
137 PUBLICA de Estado, organizada e resolvida. Acho que a partir daí a gente começa a
138 pensar no fluxo. Temos por exemplo a questão da VIGILANCIA SANITARIA, precisamos
139 criar uma rede junto a VIGILANCIA SANITARIA, essa rede tem que ser construída, se
140 infelizmente, não temos essa estrutura neste momento adequada, então o que a gente
141 faz é se unir, trabalha no coletivo, vamos conversar com todos nossos pares, e aí a gente
142 precisa resolver problemas também que são internos no CMI. Como a questão de
143 formação do Conselheiro, conversei com a Alessandra nesse sentido de dar um suporte,
144 por que a gente precisa trazer essa informação e formação para o Conselheiro, o CMI
145 tem que ser atuante, a gente precisa se informar, desenvolver, por exemplo como já falei
146 a questão do Fundo do Idoso que está parado. Precisamos colocar em ação para o
147 próximo semestre, a meta é essa, a gente pensar o edital. O idoso carece de ações e
148 nós estamos com o Fundo, não dá para continuar parado. A gente precisa fazer
149 acontecer, ter o Conselho mais fortalecido, pessoas atuando, o público idoso sendo
150 atendido. A gente se fortalece e começa a trabalhar como CNAS e CMDCA, nós temos
151 que criar o fluxo de atenção ao idoso, uma reivindicação antiga do conselho a gente está
152 envolvendo o Poder Público, vamos criar ações e envolver todo mundo. Vamos fazer
153 discussões com a coordenadoria, fazer discussões com o departamento do DEART com
154 a pessoa da Alessandra, que é quem nos dá base nos Conselhos, vamos envolver outros
155 a gentes, SESC, Secretaria Desenvolvimento Social, Secretaria de Saúde, e vamos criar
156 a rede, a gente tem que sair da conversa, do bate papo, das discussões de reuniões de
157 CMI. Tem que parar com essa história de ir para a Conferencia do Idoso, fazer um monte
158 de propostas e elas ficarem paradas na gaveta sem ação, a gente acaba não efetivando,
159 precisamos fazer POLITICA DE ESTADO, essa é a nossa meta, a gente precisa pensar
160 em POLITICA PUBLICA DO IDOSO”. Flavia – “PH só um minutinho, não é a questão de
161 falar o que está faltando estrutura, respondendo para Daniela lá na mensagem, o
162 dinheiro do fundo, não pode ser usado quando se trata de competência de coisas do
163 Governo, a Coordenadoria do idoso quando fala da necessidade do poder executivo,
164 isso é um compete do Governo então o fundo não pode ser usado para isso”. Paulo – “
165 Acho que isso já foi esclarecido pela Ana e Alessandra. **Item 3) Discussão e**

166 **Deliberação do Plano de Ação e Estratégias do CMI para 2021.** Ainda não temos
167 nenhuma ação proposta, precisamos construir juntos, ainda que fosse apenas uma
168 proposta para esse mês, mas que pudéssemos construir esse exercício juntos. **Item 4)**
169 **Eleição permanente para vacâncias.** Deliberado pela plenária a entrada da instituição
170 “Casa de Repouso Santos Kosei Home / Nipo-Brasileira”, representada pela Silmara
171 Ribeiro dos Santos Liporini, no seguimento casa dia. **Item 5) Deliberação do edital para**
172 **uso de recursos do fundo municipal do idoso.** Ficou deliberado por unanimidade que
173 faremos a formação e capacitação dos conselheiros, o diagnóstico do perfil do idoso,
174 além da temática de bem-estar sócio assistencial cultural, é uma ação para o segundo
175 semestre um seminário. Paulo – “Seminário podemos pensar em trazer um nome
176 importante como Alexandre Kalache, Marilia Berzins, Marilia Louvison”. Tais – “nesta
177 linha queria fazer uma sugestão achei ótima essa questão do seminário trazendo alguém
178 da formação Por que pode ser utilizado o dinheiro do fundo para capacitação para
179 formação, mas é uma sugestão também fazermos o levantamento das ações que foram
180 frutos da última conferência”. Deliberado que precisamos fazer a adequação com a lei
181 13019, pois os editais passam pela procuradoria e eles todos são já na inserção da lei
182 do Miroque. Aprovado pra o próximo semestre um edital depois do parecer da Câmara
183 de Planejamento e Câmara de Legislação. **Item 6) Relatos Câmaras Setoriais.** Não
184 houve relato das Câmaras Setoriais. Não havendo mais nenhum assunto, a reunião foi
185 finalizada. O presidente e a primeira secretária assinam esta ata.

186
187 _____
188 Paulo Henrique M L Ferreira Carolina J. T. Doth
189 Presidente 1ª secretaria